

Considerações sobre o Documento Base para o Fórum Nacional da Educação Superior- FNES

O CEE/Ma parabeniza o Conselho Nacional de Educação não só pela iniciativa da realização do Fórum mas pela elaboração do Documento Base, ora em discussão, que resume de forma coerente e precisa os seus grandes objetivos.

De início, o CEE/MA corrobora o entendimento da Educação Superior como bem público social, um direito vital, face ao novo papel do conhecimento como base do desenvolvimento sustentável da sociedade. Nessa perspectiva, acredita que a ES torna-se um poderoso instrumento para enfrentar a desigualdade, reduzir a exclusão e contribuir para a promoção da justiça e da equidade social, posicionamento este incompatível com uma ES concebida como insumo econômico, regida por regulamentos e instituições que atuam segundo a lógica do mercado.

Louva ainda a metodologia adotada de disponibilizar antecipadamente o referido documento, que oportunizou a participação mais democrática das várias instituições educacionais do país, pelo que este CEE, a título de contribuição, vem sugerir a complementação de alguns tópicos nele abordados que mais motivaram a intervenção dos conselheiros.

1. O Documento Base para o Fórum Nacional de Educação Superior ora apresentado, é um estudo bem elaborado, consistente histórica e socialmente, retratando fidedignamente a realidade da educação brasileira e latino-americana no século XXI, com suas contradições e perspectivas.

Retomando as conclusões da 1ª Conferência Internacional de Educação Superior realizada em Paris em 1998 e da Conferência Regional de Educação Superior Latinoamericana em Cartagene de 2008, ressalta-se o papel do referido nível de educação como um bem público social, marcado pelos conceitos de equidade, pertinência e autonomia, representando um crescimento na concepção de bem público global, a ser regulamentado pelo mercado. É importante o registro feito à diversificação e diferenciação registrada em toda a região, onde se destaca o crescimento acelerado das IES Privadas em detrimento das IES Públicas. Apresenta-se no caso brasileiro o grande crescimento do número de doutores e mestres, convivendo, contudo, com a existência de uma injusta realidade marcada pela exclusão social, fomentando a desigualdade e consolidando o subdesenvolvimento. É clara a opção por uma Política Inclusiva, direcionada ao combate à pobreza, e ao desenvolvimento sustentável.

A nosso ver, falta, contudo, ao documento, uma menção mais específica a um processo social, que foi e deve ser marcante na realidade da Educação Superior Brasileira, latinoamericana e mundial. Referimo-nos à não existência de uma referência mais explícita à extensão universitária,

que expressa a forma de relacionamento entre a universidade ou as Instituições de Educação Superior de um modo geral e a sociedade.

A Extensão Universitária na América Latina teve um importante papel no sentido de formação de lideranças políticas, acadêmicas e intelectuais de um modo geral, firmando alianças com os movimentos sociais e ocupando espaços à nível das direções dos diversos países da região. A extensão tem uma dimensão de troca entre o conhecimento científico existente na educação superior e os saberes populares e institucionais ou organizacionais, encontrados na sociedade. É ela igualmente que deve trazer da realidade as pesquisas que as IES tem de realizar, os perfis dos profissionais que devem ser formados e outras demandas sociais que cabem à universidade responder. Em uma dimensão mais ampla, Paulo Freire asseverava que se deve ampliar o conceito de Extensão, optando pelo conceito de Comunicação, que melhor expressa o relacionamento orgânico com a sociedade, criando-se um efetivo movimento de ida e vinda à realidade. Em síntese a extensão ou comunicação, são de fato a forma como a sociedade observa a educação superior dela tirando proveito em função de suas necessidades. A extensão é quem representa a face externa da IES ou seja é quem mostra a fisionomia ou a “Cara” da Educação Superior à população.

Assim como as IES e Universidade se diversificaram para atender à realidade atual levando em consideração as exigências do século XXI, suas complexidades, suas contradições, crises e perspectivas no que se refere à questão ambiental, à economia, aos social-especialmente no que se refere à violência, a extensão universitária também deve se diversificar institucionalmente e diferenciar-se na formação discente considerando os perfis dos alunos atendidos, a questão dos alunos trabalhadores que frequentam o turno noturno, etc.

Neste sentido sugerimos

- a) que a extensão da educação superior não se restrinja a uma simples prestação de serviços técnicos ou profissionais mecanicamente, sem um compromisso pedagógico com o processo de aprendizagem, não propiciando uma integração entre teoria e prática. A extensão indissociavelmente associada ao ensino e à pesquisa deve representar o momento de aplicação do conhecimento aprendido;
- b) considerando os graves problemas identificados a nível da realidade mundial, latino-americana e brasileira, a extensão deve objetivar a criação de estratégias, políticas ou programas no sentido de combate à pobreza, combate à violência social, defesa do nosso Meio Ambiente,

refletindo a preocupação com o Cuidar de nosso mundo e dos nossos seres vivos;

- c) que a extensão procure articular os níveis da Educação Superior e da Educação Básica em seus níveis e modalidades, usando estruturas de estágio curricular, cursos de extensão, etc;
- d) que se articule a produção científica das IES, através de seus estudos, monografias, teses para a análise de temas referentes aos problemas encontrados em nossa realidade e a identificação de propostas para a sua solução;
- e) que se suscite a contribuição dos Fóruns de Pro - Reitores de Extensão das Universidades Públicas, Comunitárias e Privadas do Brasil e do Fórum Latino-americano, na medida em que os mesmos já acumulam uma considerável experiência sobre o assunto.

2. Considerando também que a qualidade da Educação Superior está vinculada à pertinência e compromisso das instituições com o desenvolvimento sustentável da sociedade e com a capacidade de atender às demandas do entorno em que se inserem, fica evidente a responsabilidade da ES com a produção de conhecimento e com a formação de professores para o sistema educativo de um modo geral.

No que concerne à produção de conhecimento é perfeitamente clara a necessidade da inserção de parcela significativa de pesquisadores e cientistas de várias partes do país, distantes dos grandes centros, alijados desse processo de produção, em razão, sobretudo, da escassez de recursos e da inadequação da infraestrutura a eles disponibilizada.

Por que não racionalizar os esforços aplicáveis às demandas já identificadas na região ou a outras surgidas em função de vocações ali desenvolvidas? Por que não evitar a dispersão de recursos em diferentes instituições, às vezes na mesma cidade, realizando pesquisas similares com o mesmo objetivo, duplicando ações, repetindo experiências e fórmulas, muitas já superadas, por mera falta de integração?

O lógico seria promover, na medida do possível, a aglutinação de pesquisas em Centros de excelência, implantados nos diversos estados brasileiros e dotados da infraestrutura necessária, que concentrassem as competências locais e regionais em determinadas áreas de conhecimento ou em torno de objetivos comuns a serem alcançados, sempre no sentido de conjugar esforços, evitar desperdícios, favorecer a mobilização e a integração das inteligências e dos valores universitários, visando a construção de uma sociedade mais forte, diversa e cientificamente produtiva.

Com a formação e atuação compartilhadas evitar-se-á desperdício de esforços e se trará economicidade aos projetos estrategicamente definidos, proporcionando assim efeito estimulador e multiplicador na região ou microrregião abrangida.

No tocante à formação de professores concorda este CEE que o compromisso com a qualidade da educação básica leva à necessidade de políticas de formação de professores e seus vínculos com as redes públicas de ensino.

Nesse sentido sugere o estabelecimento de parcerias entre as IES e as escolas da educação básica na perspectiva da formação continuada dos professores visando a produção de conhecimentos dentro da própria escola, voltados para a melhoria da qualidade do ensino e com maior adequação às necessidades de cada realidade escolar.

3. Precisa receber atenção a questão da formação profissional no ensino superior em relação à inserção do graduado no mercado de trabalho. A CAPES tem dado ênfase à qualificação de recursos humanos adequados ao mercado de trabalho e às exigências regionais por intermédio do mestrado profissionalizante. Essa nova modalidade vem ao encontro das lacunas da prática profissional inerentes a uma porcentagem de mestres e doutores formados em Mestrados e Doutorados acadêmicos. Tal medida, no entanto, se revela insuficiente para conter a excessiva teorização da formação acadêmica. Sugere-se, nessa perspectiva, sejam sistematizados critérios claros e específicos de avaliação das instituições de ensino superior que permitam uma cota percentual de docentes, ainda que sem pós-graduação, mas qualificados na especialidade em que atuam no mercado. Para tentar equacionar esta questão de formação docente *stricto sensu* x a necessidade de excelência na prática profissional (o que se chama na área industrial como conhecimento do chão de fábrica), é necessário que o rigor da avaliação docente efetuada pela CAPES não exclua a admissão de professores com mais experiência nas especificidades demandadas pelo mercado. Tais professores poderiam ser avaliados mediante certificação expedida por órgão competente preenchendo uma cota na IES. A inserção valorizada, na academia, de profissionais que atuam no mercado de trabalho contribuiria para alargar os horizontes do graduando e contemplar a distorção de rebaixar-se a avaliação de uma IES que abriga professores dotados de notório conhecimento específico em determinada área de trabalho, sem no entanto, dispor da qualificação atualmente exigida pela CAPES.

Não se pode continuar cultivando uma educação superior de caráter cartorial voltada à concessão de diplomas, reprodutivista, com discursos e teorias de caráter abrangente sem um conteúdo prático efetivo,

não preparando o aluno para enfrentar os desafios que o mundo atual apresenta.